

18 OUT 1995

ESTADO DE SÃO PAULO

PB Sorte, mas também competência real

Há cerca de um ano, ao analisarmos os primeiros meses do Plano Real, publiquei artigo aqui, no Estado, intitulado *Azares reais*, no qual procurava explicar que, apesar do sucesso inicial da transição entre a URV e o Real (uma redução da inflação de taxas mensais acima de 40% para taxas abaixo de 2%), uma forte pressão dos preços agrícolas na entressafra, amplificada



Só com a estabilização podemos começar a fazer a "justiça social"

pelas péssimas condições climáticas à época (fortes geadas em julho/agosto seguidas de uma seca muito intensa), estava elevando novamente as taxas mensais. Como alguns outros preços permaneciam ainda com variações mensais elevadas (principalmente os aluguéis e os serviços de uma forma geral), a inflação voltava a subir, levando a um certo pessimismo em relação ao programa de estabilização: eram os "azares reais".

Hoje, após quase um ano, temos uma situação inversa, condições excepcionais de preços agrícolas têm colaborado decididamente para resultados de inflação abaixo de 1% em setembro, em plena entressafra (0,74% - IPC/Fipe, e até mesmo deflação de menos 0,71% no IGP-M): esta é a "sorte real". Mais importante

ainda do que esses resultados no mês de setembro é que, mesmo após iniciados (com os combustíveis) os reajustes das tarifas públicas federais, nenhum analista (nem mesmo os "pessimistas de plantão") projeta uma aceleração muito forte nos próximos meses. Ao contrário, mantidas as atuais condições de controle sobre a demanda agregada, mantendo-se conservadoras as reduções nos juros e

a desvalorização cambial (esta é a "competência real", apesar das críticas e reclamações), pode-se prever uma variação mensal média (considerando-se também a média dos principais índices IPC/Fipe, INPC e IGP-M) um pouco acima de 1%, mas seguramente abaixo de 2%, nos próximos meses. Isso não significa que algum índice não possa, em determinado mês, ultrapassar o limite superior da previsão, devido a razões metodológicas (como ocorreu com a deflação do IGP-M de setembro).

Mas o que é importante para a sinalização dos agentes, e para balizamento da política econômica, a tendência da inflação é de estabilidade para patamares excepcionalmente baixos (menos de 20% ao ano).

Infelizmente, porém, não po-

demos dizer que a "inflação esteja morta", ela está apenas sob "competente controle". Os serviços, inclusive o aluguel (principalmente no IPC/Fipe), estão se ajustando para baixo, até mais rápido que em outros planos de estabilização. Os agrícolas, como dissemos acima, dadas as condições excepcionais deste ano (supersafra, estoques elevados e clima favorável), não devem apresentar altas (a não ser em situações isoladas) até maio/96, enquanto os industriais, em muitos setores ainda com margens elevadas, pressionados pela concorrência externa, e pela redução do nível de atividade, no máximo devem acompanhar a evolução cambial.

Restam as tarifas públicas federais, estas, entretanto, apesar de alguma especulação quanto à necessidade de reajustes elevados (justificados nas teles, mas que deverão fazer parte de um programa de reestruturação tarifária de longo prazo), não deverão, a exemplo do que está ocorrendo com os combustíveis, ter impacto forte (mesmo que indiretamente) nos índices de preços.

Por que, então, não podemos dizer que a inflação "está morta"? Uma das principais razões é que continuamos ainda parcialmente indexados e, infelizmente, uma economia que convive há cerca de 30 anos com a indexação necessita de um relativamente longo processo de "desintoxicação". Como a "MP da Desindexação" ainda não foi aprovada pelo Con-

gresso, a Ufir (mesmo trimestral) ainda permanece e a indexação nos resíduos dos contratos da construção civil está sendo reintroduzida (a reativação de um setor forte empregador é importante, mas o que preocupa é a sinalização), fica claro que o processo de desindexação será longo. Aliás, recentemente os principais membros da equipe econômica, bastante afinados, enfatizaram que a transição para a estabilização deve levar pelo menos dois anos.

A outra razão (que inclusive deve estar condicionando a postura "gradualista" da equipe) é que está cada vez mais claro que o "ajuste estrutural do Estado", fundamental para a garantia da estabilidade, ainda deverá demorar em função da lentidão com que caminham as reformas (tributária, administrativa e previdenciária). O FSE (com qualquer que seja o seu futuro nome) permite que o problema seja "empurrado com a barriga", algum avanço na privatização também ajuda, mas o fundamental é que a sinalização definitiva para a estabilização ainda vai demorar.

Espero que a sorte e a competência continuem, pois assim a sociedade terá mais tempo para aprender que o fundamental é a estabilização, até porque só com ela teremos de fato a possibilidade de começar a fazer a tão necessária "justiça social".